

2 Aos doze dias do mês de junho, do ano de dois mil e dezenove, às treze horas e trinta minutos nas
3 dependências da Fundação de Desenvolvimento Social – FMDS – realizou-se uma reunião ordinária
4 do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM – com as seguintes presentes: Aleida
5 Cardoso (FMDS), Sara Souza (RFCC), Evelyn Danielski (OAB), Tatiana A. Michels (PLENA),
6 Maria Aparecida Caprestano (Rotary), Reneuza M. Borba (ADOCON), Adriana S. S. Felisbino
7 (FMS), Magali M. Wagner (OAB), Viviane José (UNISUL), Zaira Z. Mendes (PLENA) e a
8 Secretária-executiva dos conselhos Sílvia C. Santos. A presidente abriu a reunião, dando boas
9 vindas a todas e agradecendo pela presença. Em seguida, fez a leitura das atas anteriores sendo
10 assim, aprovada pelas presentes. Ao dar continuidade na reunião, foi lida a pauta do dia: Rede de
11 Combate a Violência; Grupo Reflexivo de Gênero da UNISUL. Sra. Aleida fez a leitura da ata da
12 reunião anterior sendo a mesma aprovada pelos presentes. Após a leitura, Sra. Maria Aparecida
13 sugeriu que devem constar em ata o horário do início e término de cada reunião. Sra. Aleida
14 questiona sobre a questão da disponibilidade das atas no site oficial da prefeitura. Sra. Sílvia explica
15 que os encaminhamentos deverão ser feitos em breve. Referente ao ofício encaminhado a DPCAMI,
16 Sra. Aleida fez a leitura do mesmo na íntegra e as conselheiras solicitaram que fosse encaminhado a
17 Delegacia Regional. Dando continuidade, Sra. Aleida fez breve explanação sobre o Grupo
18 Reflexivo de Gênero, organizado pela Dra. Iara. Explicou que o mesmo não é aberto para manter a
19 privacidade e intimidade da mulher. Discutiram a questão da violência contra a mulher.
20 Questionaram sobre a conferência da mulher e se houve algum encaminhamento para a realização
21 do mesmo. Sra. Aleida informa que se não houver nenhuma manifestação, o conselho deve estar
22 realizando palestra ou seminário sobre a violência de gênero. Conversaram sobre a questão do
23 fundo e Sra. Sílvia sugere que seja agendado uma reunião com a contadora da prefeitura e com a
24 gerente da FMDS para a mesma explicitar como o fundo funciona e as formas de captação. Ficou
25 agendada para o dia 24 de junho, tendo que ser confirmada a presença das Sras. Andresa e Kelly.
26 Com a palavra, Sra. Sílvia explana sobre um e-mail recebido da Coordenadoria Estadual da Mulher
27 que encaminhou para conhecimento a LEI Nº 17.733, de 27 de maio de 2019, que dispõe sobre a
28 divulgação de mensagem visando ao combate do assédio sexual, do estupro e da importunação
29 sexual, no âmbito da Administração Pública Estadual. Explica que entrou em contato com a
30 coordenadoria para ver a disponibilidade do material, entretanto o mesmo ainda está em confecção.
31 Sra. Evelyn sugere que após o envio do material, seria interessante promover alguma palestra e
32 fazer a divulgação. Referente a reunião do Fluxo de Atendimento à Mulheres Vítimas de Violência,
33 Sra. Sílvia fez a leitura do esboço do convite e foi acordado os órgãos que serão convidados. Ficou
34 agendada para o dia 06 de agosto, às 19:30 horas. Foi conversado também sobre o agendamento de
35 uma reunião com o Prefeito para tratar do Fundo. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada
36 esta reunião.

2 Aos vinte e cinco dias do mês de junho, do ano de dois mil e dezenove, às treze horas e trinta
3 minutos nas dependências da Fundação de Desenvolvimento Social – FMDS – realizou-se uma
4 reunião extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM – com as seguintes
5 presentes: Aleida Cardoso (FMDS), Sara Souza (RFCC), Evelyn Danielski (OAB), Tatiana A.
6 Michels (PLENA), Adriana S. S. Felisbino (FMS), Viviane José (UNISUL), Larissa S. Bernardo
7 (DPCAMI), Valéria S. Medeiros (FME), Kelly Botega (FMDS) e a Secretária-executiva dos
8 conselhos Sílvia C. Santos. A presidente abriu a reunião, dando boas vindas a todas e agradecendo
9 pela presença. Em seguida, fez a leitura da pauta do dia: Fundo Municipal dos Direitos da Mulher;
10 Atendimento especializado a mulheres vítimas de violência. Sra. Aleida explanou que na última
11 reunião do CMDM ficou acordado que haveria a presente reunião com a Sra. Kelly para explicações
12 e eventuais dúvidas que as conselheiras apresentam referente ao Fundo Municipal dos Direitos da
13 Mulher e sobre o Atendimento especializado a mulheres vítimas de violência. Sra. Kelly explica que
14 mesmo o conselho sendo independente, o gestor do fundo é o diretor-presidente da FMDS, e que
15 apesar de não haver recursos já existe. A tramitação para o fundo estar apto a captar recursos, em
16 primeiro momento deve-se ter uma lei que regulamenta, ou seja, o conselho já possui, porém é
17 necessário que haja CNPJ próprio. Kelly explica que para o fundo estar apto, precisa também,
18 constar no orçamento atual, e não consta pois o orçamento do ano em curso foi pensado no ano de
19 2018. Explica que a partir de agosto serão elaboradas junto com a controladoria a Lei de Diretrizes
20 Orçamentárias e no mês seguinte a Lei Orgânica Anual para o exercício de 2020, e poderão propor a
21 criação da rubrica para o fundo. Sugere que o conselho encaminhe um ofício ao diretor-presidente
22 da Fundação solicitando que, em conformidade com a lei municipal se crie para o orçamento do ano
23 seguinte uma rubrica específica para o Fundo Municipal da Mulher. E assim, entrando no
24 orçamento poderão solicitar a contabilidade para a abertura da conta e do CNPJ, e posteriormente
25 criar estratégias para a captação de recursos, conforme permite a lei. Explicou algumas formas de
26 captação do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, que diferem de outros fundos e a base
27 orçamentária que é usada no momento da elaboração da LDO e LOA. Sugere que as conselheiras
28 procurem entrar em contato com outros conselhos para conhecer as formas de captação, inclusive
29 do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. E que, posteriormente o conselho deverá elaborar um
30 Plano de Ação e Aplicação dos recursos do fundo. Explica sobre os serviços ofertados pela
31 Fundação Municipal de Desenvolvimento Social no caso de mulheres vítimas de violência, onde há
32 o atendimento pelo PAEFI, que atende não só vítimas de violência contra a mulher, mas também
33 com idosos, crianças e adolescentes e deficientes, em casos onde ainda há o vínculo familiar. Em
34 relação ao serviço de alta complexidade, não há no município o atendimento institucional à
35 mulheres. Sra. Kelly explicou que em decorrência dos casos analisados no município não haveria a
36 necessidade da implementação. Comentou que está sendo estudada a possibilidade de um
37 atendimento institucional regional pelos municípios da região da AMUREL. Coloca que hoje o
38 município conta com uma Casa de Passagem, que se encontra no Albergue e há atendimento 24
39 horas, em casos principalmente envolvendo famílias. Houve grande discussão acerca dos
40 atendimentos efetuados no município contra mulheres vítimas de violência e também sobre
41 possíveis atendimentos que seriam importantes implementar para trabalhar a prevenção.
42 Explanaram sobre a Audiência Pública "VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E FEMINICÍDIO" a
43 ser realizada dia 08 de julho de 2019, às 14h, na UNISUL. Nada mais havendo a tratar, deu-se por
44 encerrada esta reunião.